





# Entre Planos Quinquenais: Presença de Empresas Chinesas na América do Sul

Rubia C. Wegner<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é descrever e analisar o panorama do Investimento Direto Externo (IDE) de empresas chinesas na América do Sul nos últimos anos, tendo em vista os delineamentos apresentados no último plano quinquenal para o desenvolvimento de longo prazo da China. Iniciativas como o Plano “*Made in China 2025*” e “Um cinturão, uma rota” também fazem parte desse panorama. O estudo parte de uma revisão teórica sobre o IDE da China em países em desenvolvimento e passa a uma breve discussão sobre as perspectivas dos países sul-americanos nas estratégias das empresas multinacionais chinesas no âmbito da transição de desenvolvimento da economia chinesa. São apresentados dados de IDE a partir de diversas fontes, bem como dados sobre as empresas chinesas que têm investido nos países sul-americanos.

**Palavras-chave:** investimento direto externo; presença chinesa; transição e estratégias desenvolvimento da China.

**Abstract:** The aim of this article is to describe and analyze the outlook for foreign direct investment (FDI) of Chinese companies in South America in recent years, in light of the outlines presented in the last Five Year Plan for China’s long term development. Initiatives such as the Made in China 2025 Plan and ‘A belt, a route’ are also part of this panorama. The study is based on a theoretical review of China’s FDI in developing countries. It is a brief discussion of the perspectives of the South American countries in the strategies of Chinese multinational enterprises in the context of the transition of development of the Chinese economy. Data from FDI are presented from various sources as well as data on Chinese companies that have invested in the South American countries

**Keywords:** foreign direct investment; Chinese multinational company; transition and development strategies.

## 1 Introdução

A partir do arrefecimento das taxas de crescimento da República Popular da China<sup>2</sup> e da chegada à presidência de Xi Jinping, a estratégia nacional de desenvolvimento econômico do país asiático tem se mostrado cada vez mais arrojada. O 13º Plano Quinquenal<sup>3</sup> (2016) estipula, entre outras diretrizes de políticas sociais e econômicas, que o PIB

1 Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (DeCE/UFRJ). Doutoranda do PPGE-IE-UFRJ. E-mail: rubiawegner@ufrj.br.

2 Em 2002, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a preços constantes, da China foi de 9,1% se mantendo crescente até atingir 14,2%, em 2007. Entre 2008 e 2011, a economia chinesa ainda cresceu, aproximadamente, 9,5% ao ano, mas, a partir de 2012, a taxa de crescimento do PIB se tornou anualmente decrescente: de 7,9% em 2012 para 6,9%, em 2015. Dados do IMF Outlook DataBase.

3 Vale esclarecer que os planos quinquenais representam estratégias nacionais estabelecidas pelos líderes do país. Os

deverá crescer 6,5% ao ano até 2020, bem como aprofundar reformas para que ocorra a mudança de um modelo baseado em investimentos e exportações para outro, baseado no consumo doméstico (AVENDANO; MELGUIZO; MINER, 2017). Essas medidas expressam desdobramentos arrojados os quais se justificam em um contexto de “novo normal” (“redução” das taxas anuais de crescimento econômico de 10% para 6,5%) e da construção de um novo “*Made in China*”, isto é, da mudança da inovação pela cópia para autossuficiência no desenvolvimento da tecnologia de ponta, até 2025.

O Plano “*Made in China 2025*”, de fato, lançado pelo Conselho de Estado na China, há dois anos, tem por modelo o *Industrie 4.0* da Alemanha e tem implementado ações estratégicas para alavancar a gestão de grande volume de dados, a robótica e a automação. Essas ações passam pelo investimento em capacidade intelectual e pela injeção de capital em suas próprias campeãs nacionais de setores específicos, como semicondutores. Combina-se à suntuosidade desse plano, a estratégia nacional “Um cinturão, uma rota” – recriar a Rota da Seda. Em 2015, a China investiu US\$ 14,8 bilhões em países ao longo do cinturão e o Investimento Direto Externo (IDE) de suas empresas da indústria de máquinas e equipamentos cresceu 154,2% nos países ao longo do cinturão. Nesse contexto, as estratégias de Fusões e Aquisições (F&A), de *holdings* e de fortalecimento do acesso a recursos naturais, tornam-se primordiais para a economia nacional chinesa. Suas empresas, especialmente as campeãs nacionais, deverão ser cada vez mais globais e menos dependentes de tecnologia de ponta.

Em 2016, durante o Fórum Econômico Mundial de Davos, o atual presidente chinês, Xi Jinping, apresentou em seu discurso o compromisso da China com a governança global afeita à globalização e ao livre comércio e sua defesa da coexistência pacífica de diversas culturas de modo a buscar a cooperação entre as nações (YANZHUO, 2017a). O presidente Xi Jinping reforçou ainda o compromisso da China com a manutenção da estabilidade e da equanimidade no mercado global, incluindo a criação de oportunidades aos países em desenvolvimento. Nesse aspecto, cabe uma série de questionamentos, sobretudo para o caso deste artigo, quanto ao espaço que a América Latina terá no plano de desenvolvimento econômico da atual segunda maior economia do mundo. O país asiático é o segundo maior parceiro comercial do continente e com investimentos diretos de US\$ 150 bilhões, com base em informações oficiais desse país (YANZHUO, 2017b). Embora Xi Jinping afirme que a diplomacia chinesa se sustente por uma “cooperação ganha-ganha”, é necessário ampliar o espectro da “presença chinesa” nos países em desenvolvimento, via suas “empresas multinacionais”.

O IDE de empresas chinesas tem sido desde o 11º Plano Quinquenal – estratégia *going global* – um dos elementos centrais no desenvolvimento de longo prazo da China.

---

planos apresentam as políticas de desenvolvimento econômico e social, as políticas de investimento e onde as áreas e esforços do governo deverão se concentrar. Não se trata, portanto, de uma exposição de metas e ações a serem tomadas. Os planos quinquenais são submetidos à aprovação da reunião do Comitê Nacional de Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPCh), bem como da Assembleia Popular Nacional (APN).

Nesse cenário mais recente de “transição de desenvolvimento” desse país asiático, suas empresas multinacionais seguem desempenhando função proeminente. A América Latina tem sido desde meados da década de 2000 um dos hospedeiros de IDE chinês de destaque, bem como importadora e exportadora – nesse caso, de bens primários fundamentalmente. O debate quanto aos efeitos dessa dinâmica das relações econômicas sino-latino-americanas não pode conter os mesmos argumentos para todos os países. Neste artigo, essa questão será tratada no âmbito da América do Sul. E o objetivo do artigo é pensar as relações econômicas sino-sul-americanas em termos de IDE e da diplomacia a ele associada, expressa em acordos de cooperação nas mais diferentes áreas. A partir deste artigo, espera-se iniciar o aprofundamento da compreensão do significado da América do Sul para as empresas chinesas multinacionais.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo é composto de uma segunda seção que descreve as empresas multinacionais dentro de estratégias chinesas de desenvolvimento econômico; de uma terceira seção com apontamentos sobre as fontes de dados de IDE chinês; e uma quarta seção com apresentação de dados de IDE para América do Sul. Nesta quarta seção, trazem-se dados para argumentar que a China, a partir da transição recente, tem fomentado relações econômicas que poderiam modificar a estrutura econômica dos países sul-americanos.

## 2 Empresas Multinacionais e Estratégias de Desenvolvimento Econômico na China

O *surgimento*, na República Popular da China, de um *setor privado* remonta às reformas econômicas capitaneadas por Deng Xiaoping, em 1978-1979. Essa primeira *empresarização*<sup>4</sup> dos agricultores resultou em um aumento substancial da produção agrícola e, a despeito das restrições de recursos financeiros que enfrentavam, a possibilidade de comercializar a produção excedente se revelou uma fonte de recursos para que eles financiassem a abertura de novas empresas, as empresas não estatais conhecidas por *Township Village Enterprises* (TVEs), que foram essenciais para expansão do emprego rural não-urbano, pelo menos até o final da década de 1990, e pelo crescimento industrial, na primeira década das reformas.

Essa privatização de características chinesas ou a criação de um setor não-estatal (CAO, 2000) significa dizer que o Conselho de Estado não erigiu uma institucionalidade para atender a esse novo *tipo* de empresa que, embora não fosse privado, poderia reter lucros e tomar decisões sobre suas operações. O setor estatal – em nível central, provincial e municipal – manteve-se maior e centrado em atividades mais capital-intensivas,

---

4 De fato, as TVEs se subordinam aos governos locais e eram geridas pelos trabalhadores. Na prática, funcionam como empresas cooperativas. O fim das comunas reduziu acintosamente a arrecadação dos governos locais e, nos primeiros anos das TVEs, era dúvida quanto da repartição dos lucros cabia aos governos locais. Essa menor arrecadação dos governos locais, responsáveis pelo orçamento da agricultura, vai ajudar a explicar o pequeno volume de investimentos nesse setor nas primeiras décadas da reforma.

enquanto as TVEs, entre 1978 e 1993, responderam por 57% da produção nacional (dados de Cao, 2000). Naughton (2007), ao descrever a expansão das TVEs, lembra que, em 1978, essas empresas de vila empregavam 28 milhões de pessoas e eram responsáveis por 5% do PIB, em 1996, elas empregavam 135 milhões de pessoas e 26% do PIB. A “crise de Tiananmen”, em 1989, expôs o Partido Comunista da China (PCCh) a uma crise de legitimidade ao evidenciar as dificuldades de se operar o sistema dual de preços (*dual-track system*)<sup>5</sup> e de manter os bens comuns ou bem-estar social (*danwei*). Era necessária a transição para um novo modelo. Assim, o partido se consolidou usando a via do progresso material, cuja ação principal foi a expansão das áreas de abertura controlada para empresas estrangeiras (ZEEs) e no qual as TVEs foram autorizadas, em 1993, a assumir parcerias com essas empresas, desempenhando papel essencial nas exportações chinesas.

O governo central sempre resistiu a usar o termo “privatização” (CAO, 2000; NAUGHTON, 2007). Esse termo é, geralmente, identificado com aquisição dos ativos por uma instituição privada sem se assegurar a preservação do Estado na propriedade dos meios de produção. Expressões como “corporatização” e “securitização”, às vezes, dão conta de uma conversão da empresa estatal em *share holding* para venda subsequente de suas ações no mercado acionário<sup>6</sup>. Muitas empresas estatais, tanto mais aquelas provinciais, assumiam papéis ostensivos na promoção do bem-estar da população (*danwei*)<sup>7</sup>. Com a privatização de TVEs e de pequenas e médias empresas, mais de 50 milhões de pessoas foram demitidas entre 1990 e 2010. Grandes empresas de exploração e refino de petróleo, metalurgia, eletricidade, material bélico se transformaram em grandes empresas, após passarem por fusões e aquisições já no final da década de 1990. Essas empresas foram internacionalizadas na década de 2000 (*going out*). Em 2015, a ampla discussão sobre a

---

5 O termo chinês *shuang gui zhi* representa a coexistência da alocação de recursos via planejamento central e via mercado. Implicava duas bandas de preços para maior parte dos produtos: um mesmo produto apresentava um preço estatal e um preço de mercado (este geralmente mais alto do que aquele). Em meados da década de 1980, boa parte das empresas estatais foi induzida a comercializar seus produtos a um único preço. Esse sistema valia para cada fábrica em particular e para a indústria chinesa como um todo. Ainda que houvesse flexibilidade nas trocas entre empresas estatais e não estatais, as empresas estrangeiras, privadas e coletivas surgiram no mercado chinês já adaptadas ao mercado (NAUGHTON, 2007).

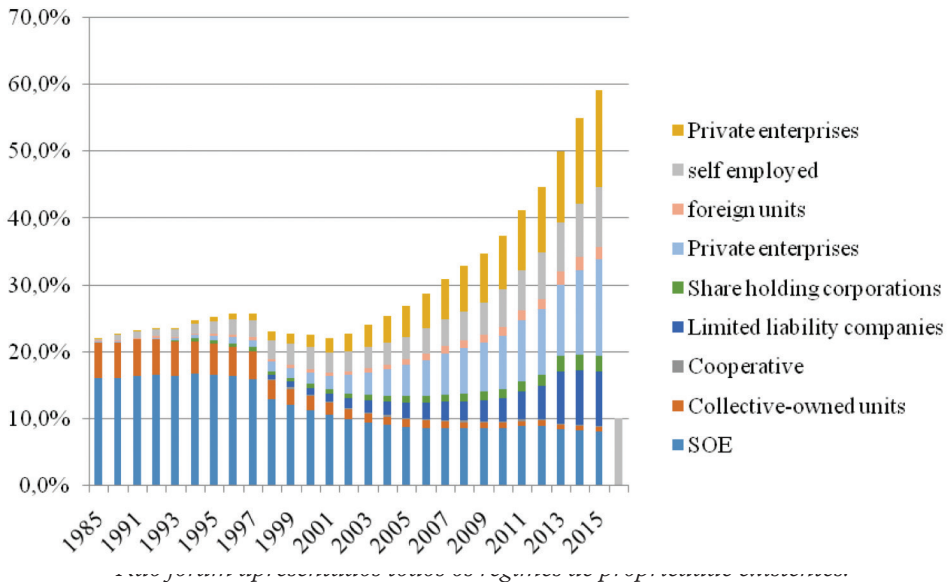
6 Na década de 1990, foram criadas as principais bolsas de valores da China, o que foi usado como instrumento de criação de setor empresarial na China.

7 Um bom exemplo é Daqing. No final da década de 1980 e início da década de 1990, Daqing, o primeiro campo de petróleo da China, era considerada a mais importante empresa petrolífera da China e também a mais lucrativa: US\$ 5,3 bilhões de receita total e lucro antes das taxas de US\$ 540 milhões. Mesmo após as reformas de 1978, Daqing seguia sendo uma empresa estatal-modelo em comparação aos parâmetros das demais empresas. Uma célula de bem-estar social em sua cidade e sua província, isto é, oferecia hospital, provia educação a seus empregados e aos filhos dos empregados, além da infraestrutura. No período de confusão da relação entre as grandes empresas criadas com as suas subsidiárias, Daqing propunha como solução para a integração total, ou seja, tornar-se uma empresa de petróleo totalmente integrada com operações de refino e de petroquímica. Planejou uma série de fusões em larga escala com outras empresas domésticas de petróleo, mas apenas as grandes empresas como a Shanghai Petrochemical Company (SPC). Integrando-se com SPC, Daqing aumentaria sua capacidade de oferta, teria uma base na região costeira, logo, teria facilidades de logística. Com esse plano, Daqing pretendia se tornar uma gigante internacional, sendo o núcleo de uma gigante e global empresa integrada de petróleo chinesa. A CNPC se opôs a essa reestruturação, considerando-a mais direcionada ao mercado. O Conselho de Estado apoiou a CNPC, isto é, a formação de gigantes nacionais do petróleo a partir de iniciativas administrativas. A base para isso foram os sucessores ministeriais e quase ministeriais, CNPC e Sinopec.

reforma do regime de propriedade das empresas estatais mostra que não se trata de um processo finalizado.

Mesmo com as reformas dos ativos estatais são a principal fonte, direta ou indireta, de geração de riqueza no país – as grandes empresas estatais, beneficiadas por fundos estatais, é que consolidam a inserção internacional do país. A Figura 1 sugere que as empresas *state-owned* (SOEs) continuaram sendo as principais empregadoras nos primeiros anos da década de 1980 até 1997. Gradualmente, as empresas de propriedade coletiva foram empregando menos, chegando a manter apenas 0,6% dos empregados urbanos, em 2015. Desde 1997, as formas *share holding* e *limited liability* têm sido as principais empregadoras na área urbana. Somente a partir de meados de 2010 é que as empresas privadas e os empregados autônomos adquirem maior proporção, inclusive maior do que a das empresas estatais. As unidades estrangeiras são, comparativamente, aquelas que menos empregam trabalhadores urbanos<sup>8</sup>.

**Figura 1 – China: distribuição do número de empregados urbanos por regime de propriedade das empresas (1985-2015)\***

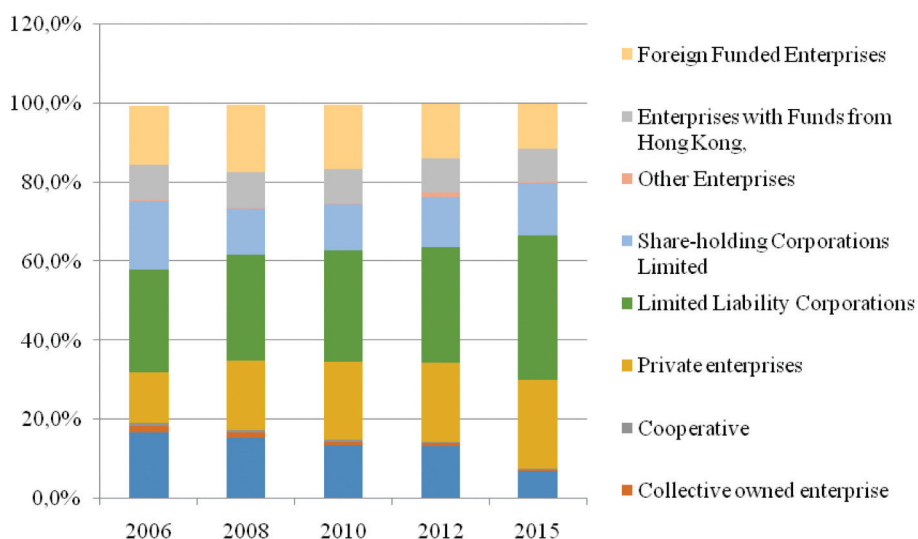


As empresas do tipo *limited liability companies*, desde 2006, têm sido aquelas com maior participação no lucro total (Figura 2) – em geral, são empresas subsidiárias de

8 Estamos cientes de que há aqui toda uma discussão de grande relevância e de grande interesse sobre o mercado de trabalho chinês e sua informalidade. Infelizmente, não a faremos neste artigo. Recomendamos a leitura de Morais (2011) e também Naughton (2007).

grandes empresas estatais, do tipo *share holding*. E, desde 2010, as empresas privadas têm aumentado a sua participação no total de lucros da indústria. Porém, em 2015, essas empresas experimentaram uma forte queda de participação. Enquanto que as empresas *share holding* têm visto sua participação nos lucros totais anuais da indústria declinar. Anualmente, setores como varejo e comércio são os mais importantes na geração de empregos urbanos. Por isso, da forma como estão neste artigo, a comparação entre as Figuras 1 e 2, embora tentadora, não é possível de ser realizada.

**Figura 2 – Indústria: participação no lucro total por regime de propriedade<sup>9</sup>**



*Cada regime de propriedade (ou registro) tem varias subcategorias. Por exemplo, private enterprises podem ser registradas como private-funded enterprises, private partnership enterprises, private limited liability corporations, private share-holding corporation Ltd.*

Mais do que avaliar o crescimento econômico da China como resultado dessa expansão de empresas nãoestatais<sup>10</sup>, o período recente, de lançamento do 13º Plano Quinquenal, confronta o PCCh com *sustentar*, dentro do socialismo de mercado ou com características chinesas, esse setor empresarial nãoestatal, bem como a continuidade de empresas estatais (*state-owned enterprises*). próxima subseção busca lançar algum escl-

9 Infelizmente, a base *China Statistical Yearbook* não disponibiliza uma série histórica comparável para um período de tempo maior, a exemplo da Figura 1. Embora haja esses mesmos dados para outros setores – excluída agricultura – optou-se por manter apenas a indústria.

10 O grande crescimento da produtividade agrícola das primeiras décadas das reformas é, na literatura convencional em geral, atribuído à liberalização do mercado. Porém, as políticas anteriores conduzidas por Mao podem ser consideradas fundamentais para alicerçar esse caminho.



recimento nesse ponto específico.

Na seção 2.1, são abordadas as questões teóricas sobre a internacionalização do investimento a partir das empresas de países em desenvolvimento, notadamente a China.

## **2.1 O ‘sonho chinês’: transição e novas estratégias de desenvolvimento**

A partir da fundação da República Popular da China (RPC), em 1949, o PCCh busca construir e refundar a “China Potência”. Todo o sistema político chinês está a cargo do partido cujo governo mantém os valores confucianos (KISSINGER, 2011). A cada plano quinquenal, o Estado chinês apresenta as ações que contribuirão para produzir mais riqueza, construindo um país moderno, rico e poderoso. Todas as principais políticas – macroeconômica, industrial, comercial e de inovação – estão a serviço desse grande objetivo (PINTO; CINTRA, 2015).

Com a intensificação do processo de abertura, nas décadas de 1980 e 1990, o plano quinquenal foi mantido como um instrumento de planejamento e de divulgação de como as autoridades vislumbram a direção do crescimento e do desenvolvimento econômico chinês. A cada plano, reforça-se a consecução do objetivo principal, que é a transição para um país socialista moderno em 2049 (IMF, 2016). Abdenur (2011) ressalta que, a cada plano quinquenal, é possível – dadas as metas qualitativas e quantitativas traçadas, bem como as prioridades de desenvolvimento econômico – compreender um pouco mais a transição de um “socialismo com características chinesas”. O plano quinquenal também funciona como uma comunicação pelo PCCh ao ocidente e ao povo chinês de suas decisões sobre a economia, a política e a sociedade chinesa (HALPER, 2010). É uma forma de comunicar a construção do “sonho chinês” a partir da governança do PCCh. Na 5ª seção plenária do 18º Comitê Central do PCCh, em 2015, o lançamento do 13º Plano Quinquenal (2016-2020) foi marcado por um tranquilo e contundente discurso do secretário-geral desse comitê, o presidente Xi Jinping:

Of particular importance, since the 18th National Party Congress, the Central Committee headed by General Secretary Xi Jinping has remained firmly committed to upholding and developing socialism with Chinese characteristics, has been bold in putting ideas into practice and adept at making innovations, and has developed a deeper understanding of the laws related to Communist Party governance and the development of socialism and human society. (CCCCPC, 2016, p. 8).

## 2.2 Internacionalização do investimento das empresas chinesas como questão de Estado: o caminho institucional da aprovação

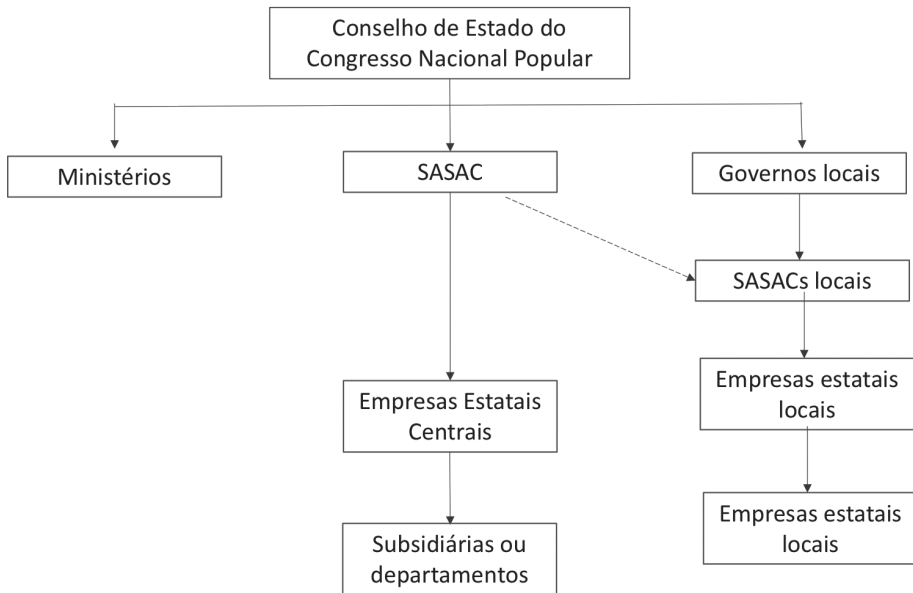
A atuação do PCCh é fundamental para aprovação das emendas e principais diretrizes do governo central. O governo central tem a seguinte estrutura: (i – executivo) presidente, que é o secretário-geral do Comitê Central do Partido; (ii – legislativo) Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo, equivalente ao Bureau Político do Partido; (iii – judiciário) Suprema Corte, Conselho de Estado e Procuradoria, que equivale ao Comitê Permanente do Politburo do Partido. A Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC) é o órgão que assessora o governo central. O presidente da República e secretário do partido é também o Comandante das Forças Armadas da China. Propostas de emenda constitucional, bem como os planos quinquenais, na prática, passam pelo seguinte escrutínio: (1) um líder para elaborar a proposta é designado pelo PCCh; (2) após, convoca os ministérios para uma reunião para que sejam ouvidos; (3) a proposta final é, então, elaborada pelo Comitê Central do PCCh; (4) uma versão preliminar (*draft*) é enviada pelo partido ao Comitê Permanente Nacional do Povo; e (5) o Congresso Nacional do Povo aprova com 2/3 dos votos. Essa estrutura se faz representar nos organogramas das empresas estatais, especialmente nas empresas estatais *share holding* (Figura 1). Na prática, portanto, a separação entre Estado e empresa nem sempre é possível.

Em fins da década de 2010, na China, a estrutura institucional para o IDE conta, aproximadamente, com 26 agências do governo central que atuam no controle e na formulação de políticas para investimento. Voss, Buckley e Cross (2008), assim como Andreff (2016), classificaram essas agências em quatro níveis (ver Figura 1): (i) Conselho de Estado, que define as estratégias/aprovações de longo prazo; (ii) Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), que possui um papel estratégico no sentido de determinar a lista de indústrias preferenciais para investir no exterior (OFDI), bem como examina e aprova os projetos apresentados. Da NDRC se chega ao Ministério do Comércio (MOFCOM), que é responsável por conduzir negociações multilaterais sobre investimento externo e tratados comerciais, e exerce papel de regulador dessas operações e fornece suporte aos fundos especiais. Nessa posição também está a Comissão Estatal de Supervisão e Administração de Ativos (SASAC), criada em 2003, que supervisiona as empresas estatais nãofinanceiras no âmbito da estratégia de criação de “campeões nacionais”.

O Conselho do Estado é o órgão de decisão superior, e agências centrais de nível ministerial envolvidas na gestão de investimentos no exterior formam o primeiro nível. No segundo nível estão órgãos de responsabilidades fundamentais para a aprovação de investimentos no exterior. No terceiro nível são agências operacionais que atuam em finanças, tributação e auxiliam ministérios essenciais para garantir que as políticas sejam coordenadas com outras políticas já existentes e em auxiliar na emissão e implementação de políticas. No quarto nível, estão ministérios setoriais, tais como mineração, agricul-

tura e silvicultura. Somam-se a essas agências aquelas em nível provincial subordinadas a essas já citadas.

**Figura 3 – Estrutura da relação entre SOE, SASAC e governos centrais e locais**



Fonte: A autora (2017) com base em Szamosszegi e Kyle (2011).

A SASAC tem por funções o controle executivo sobre a política da *corporação* (empresas estatais de modo geral, nas quais detêm participação), poder sobre reforma da regulação sobre as empresas estatais, pensar investimentos estratégicos, planejamento financeiro da *corporação* e gestão de ativos, bem como o registro de direitos de propriedade. A SASAC está subordinada ao Conselho de Estado e ao *Central Organization Department* (CDO), que é controlado pelo PCCh e que determina quais quadros do PCCh ocuparão posições de executivos nas empresas estatais chinesas. Há um questionamento cada vez maior na China quanto a esse modelo de contratação de executivos: “*how they balance corporate objectives and general CCP interests and priorities*” (FRANCISCO, 2013, p. 25). A SASAC gerencia e monitora os ativos das empresas estatais (SOEs) industriais em outros países. No terceiro nível estão todos os demais departamentos, tais como: Administração Estatal de Câmbio Externo (SAFE), que busca fundos, bem como os aprova, verifica a legalidade dos pagamentos de OFDI, gerencia movimentações em contas no exterior; Banco Chinês de Desenvolvimento, Eximbank da China e *China Export & Credit Insurance Corporation*.

As SOEs que estão sob ação direta do governo central devem seguir guias de “conduta” ou observar responsabilidades sociais corporativas. As diretivas desse guia<sup>11</sup> deixam claro que essas empresas estatais, ao se internacionalizar, portam no país hospedeiro as pretensões chinesas de desenvolvimento econômico e de diplomacia.

O 12º Plano Quinquenal trouxe o objetivo do país asiático de construir e fortalecer os “campeões nacionais”, tendo sido *joint ventures* o mecanismo mais utilizado para aquisição de tecnologias estrangeiras, o que estava sendo usado para sua indústria de aviação. Ademais, as empresas estatais (SOEs) chinesas são competidoras entre si no âmbito de uma série de preferências governamentais, tais como: acesso preferencial ao capital bancário, baixas taxas de juros em empréstimos de bancos estatais, além de políticas nacionais que criam um ambiente competitivo favorável às SOEs relativamente a outras firmas (SZAMOSSZEGI; KYLE, 2011). As reformas quanto à propriedade privada que foram sendo realizadas desde Mao, na década de 1950, culminaram também no acirramento das desigualdades sociais com uma nova estratificação social baseada em grandes fortunas, as quais se originam da urbanização e da industrialização (MORAIS, 2011). A expropriação da terra dos camponeses e a privatização em grandes corporações de pequenas e médias empresas privadas seriam, na avaliação de Moraes (2011), explicações principais. A China se torna uma sociedade cada vez mais desigual e também industrializada e urbana.

Embora a promoção do crescimento econômico com equidade tenha sido o princípio basilar da República chinesa desde o Império, no mais recente plano quinquenal, as ações voltadas para alcançar esse objetivo voltaram com mais intensidade.

### **3 Observações sobre a Divulgação dos Dados de Investimento Direto Externo de Empresas Chinesas**

A estratégia *going global* impulsionou o investimento chinês no mundo: de US\$ 2,5 bilhões em 2002 para US\$ 56,5 bilhões, em 2009. Entre 1990 e 2007, os investimentos externos diretos da China se multiplicaram em quase 30 vezes, de US\$ 4 milhões que investiu em 1982 passou para US\$ 830 milhões em 1990 e US\$ 22,5 bilhões, em 2007 (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011). A participação dos investimentos diretos provenientes da China no universo dos fluxos de investimento direto de países em desenvolvimento, em 2011, era de 17% (UNCTAD, 2012). Em termos da participação do estoque de IDE no PIB e em comparação com os demais países do BRICS, esses números se tornam menos vultosos. Andreff (2016) avalia que, em 2011, o estoque de OFDI da China em relação ao PIB era de 5% contra 9% do Brasil e 19,5% da Rússia, embora, em relação ao IDE recebido, o OFDI da China tenha sido muito maior em comparação ao do Brasil, 76,3% contra 30,3% e um pouco menor em comparação ao da Rússia, 79,2%. Esses números ilustram a complexidade do crescimento econômico da China, que, entre 1980 e 2013, foi

---

11 Mais informações em: <http://en.sasac.gov.cn/n1408035/c1477196/content.html>

de 9% a 10% ao ano que, além de engendrar profundas transformações sociais, levou ao aumento do padrão de consumo doméstico, de investimentos (“duplo polo”)<sup>12</sup>.

Por outro lado, os dados divulgados pelas fontes oficiais chinesas não são avaliados como sendo totalmente confiáveis. Empresas subestimam os valores transacionados em operações de IDE para evitar taxações. Ou melhor, os dados do MOFCOM representam basicamente a intenção de investimentos das empresas chinesas e não sua concretização.

Frischtak, Soares e O’Conor (2013) esclarecem que o MOFCOM compila seus dados por meio de uma abordagem administrativa com uso de informações fornecidas pelas empresas quando registram os seus investimentos. Os dois problemas desse método seriam: (i) as estatísticas refletem projetos aprovados e não fluxos reais, sem contabilizar empresas que furtam à aprovação do governo e não há exigência do governo chinês para as empresas quanto ao destino final dos seus investimentos. Os autores também destacam que o fenômeno *round-tripping* – fluxo de IDE que vai e retorna de um país por meio de uma localização *offshore* – torna inflacionados os investimentos chineses. As demais fontes, United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), Banco Mundial e Banco Central também experimentam esse problema, pois se utilizam dos dados do boletim do MOFCOM. A respeito da compilação do Banco Central no Brasil, este registra o último destino do capital estrangeiro antes de ingressar no Brasil. Por outro lado, o ministério chinês divulga informações das empresas que solicitaram permissão ao governo chinês para investir no exterior. Este é um caminho que utilizaremos neste trabalho e que será especialmente útil para comprovar as transações anunciadas, bem como detalhar esse fenômeno de expansão dos capitais chineses no país. E que já foi utilizado por Oliveira (2015) e Wang, Mao e Gou (2014).

No Brasil, uma alternativa tem sido o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), instituição brasileira que divulga as informações mais detalhadas e úteis sobre os fluxos de entrada de capital chinês em setores produtivos do Brasil, por meio da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai). São elaborados e divulgados relatórios bianuais que identificam transações por país de origem, setor e lugar de destino. Além disso, a Renai publicou um relatório específico dos investimentos chineses realizados no Brasil entre 2003 e 2011. Oliveira (2015), apesar da utilidade dessa fonte de informações, ressalta que há pontos críticos nos relatórios Renai/MDIC que precisariam ser solucionados. Esses aspectos seriam: investidores estrangeiros não são obrigados a reportar ao MDIC suas transações tal como são obrigados a fazê-lo com o Bacen, logo, os relatórios são produzidos por meio de informações de relatórios governamentais e da mídia. A Renai não diferencia investimentos anunciados daqueles que efetivamente ocorreram, portanto.

---

12 Para uma análise mais aprofundada sobre as transformações e as explicações para o crescimento econômico chinês, recomenda-se consultar Medeiros (2014) e Pinto e Gonçalves (2015).

Pesquisas na problemática deste artigo têm buscado instrumentos complementares à coleta de dados de órgãos oficiais. Esses instrumentos, listados em Frischtak, Soares e O’Conor(2013), seriam: monitoramento da mídia especializada que anuncia mudanças e decisões de investimentos chineses; entrevistas com diretores de empresas, órgãos de governo, associações empresariais e embaixadas com o objetivo de mapear os projetos de investimentos; e análise de registros financeiros de empresas e outros documentos (relatórios institucionais) que evidenciem os fluxos de investimentos externos chineses. De fato, as análises de investimentos chineses em recursos naturais na África, América Latina, Antártida, Canadá e Austrália têm utilizado como instrumento metodológico básico a análise de dados e a pesquisa bibliográfica e documental (ABDENUR; SOUZA NETO, 2013; CINTRA, 2013; FRISCHTAK; SOARES; O’CONOR, 2013).

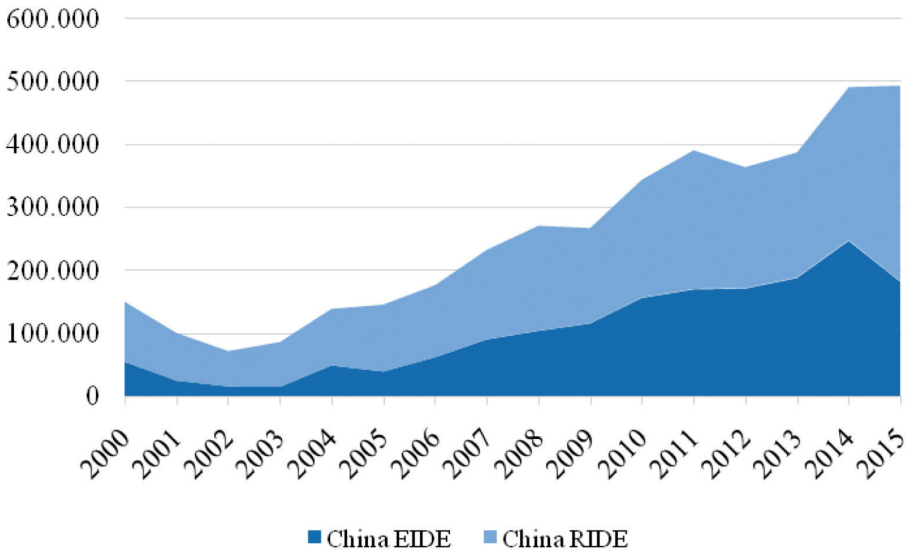
Recentemente, mais estudos têm tratado da expansão da empresa multinacional em países em desenvolvimento com base em fontes alternativas. Karreman, Burger e Oort (2016), para analisar as escolhas de localização das multinacionais chinesas na Europa, utilizaram como fonte de dados a base fDiMarkets(2003-2010) do Financial Times e o EuropeanInvestment Monitor(2003-2009), da consultoria EY. Ambas as fontes contêm informações de projetos de investimento *greenfield* anunciados na mídia por empresas, provedores de informações financeiras etc. Para uma comparação das estratégias das multinacionais dos países do BRICS, Andreff (2016) utilizou, no caso das empresas chinesas, o Boletim Estatístico do MOFCOM e fontes bibliográficas, como Salidjanova (2011). Kimura (2013) analisou a atuação das empresas multinacionais chinesas na África do Sul tendo por fonte as entrevistas realizadas com representantes do MOFCOM e com funcionários de empresas, e também com professores pesquisadores de universidades da África do Sul. Pinto e Cintra (2015) discutem as possíveis implicações da “presença chinesa” na América Latina se utilizando da base de dados Heritage Foundation. Avendano, Angel e Miner (2017) utilizam o fDi Marketsdo Bureau van Dijk. Bases de dados como CEIC Data e os dados da consultoria GavekalDragoneconomics são fontes consistentes e cada vez mais utilizadas.

#### **4 Investimento Direto Externo e Desenvolvimento**

Nesta seção, espera-se lançar luz sobre o movimento de empresas multinacionais chinesas na América do Sul. Cada vez mais se tem produzido conhecimento sobre as relações econômicas entre os países sul-americanos e a China (ABDENUR, 2011; ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011; CINTRA, 2013; MELLOR, 2012; PINTO; CINTRA, 2015, entre muitos outros). No entanto, as características da economia chinesa e os aspectos econômicos e geopolíticos de um eixo sinocêntrico merecem cada vez mais estudos. No entanto, os efeitos da “presença chinesa” na América do Sul não são objeto desta seção.

Retomando-se as ressalvas sobre as fontes oficiais de dados de IDE, para apresentar a tendência do IDE de empresas chinesas, estas não podem ser desprezadas. A Figura 3, elaborado a partir de dados da UNCTAD, evidencia que a partir de 2004 o fluxo de IDE enviado pela China (EIDE) aumentou consideravelmente.

**Figura 3 – Evolução do montante IDE da China no exterior: comparação com países selecionados (US\$ milhão a preços correntes)**



Fonte: A autora (2017) com base em UNCTAD (2017).

O IDE é tratado na China como um instrumento de seu desenvolvimento de longo prazo. A iniciativa “Um cinturão, uma rota” representou expressivo crescimento do IDE nos países desde a sua criação. Essa iniciativa demarcou um novo período de internacionalização do investimento de empresas chinesas respaldadas cada vez mais por aquisições (*over seas acquisitions*). O 13º Plano Quinquenal mantém a estratégia *go global*, porém seu escopo é mais ambicioso. Lançado há dois anos, o Plano “*Made in China 2025*” se constitui de ações destinadas a transformar o padrão de inserção da China nas cadeias globais de valor. Busca-se desenvolver na China a manufatura inteligente, isto é, um *upgrade* da sua indústria manufatureira, transformando-a de uma gigante da manufatura de baixo custo em uma potência na manufatura de alta tecnologia. Dessa forma, o setor industrial chinês sairá do padrão trabalho intensivo para outro, capital intensivo. A NDRC (ver Figura 3) é responsável pela execução de boa parte das suas ações, tais como: criação de laboratórios de dados nacionais (*Big Data*), incentivo a empresas chinesas estabelecerem centros de pesquisa e desenvolvimento nos EUA, e treinamento de engenheiros e cientistas chineses em outros países. De fato:

We will support collaborative innovation and joint research efforts by participants throughout the whole production chain in order to systematically solve key engineering and manufacturing problems relevant to the four areas. We will strengthen the development of standards, measurement, certification and accreditation, and inspection and testing systems related to fundamental industrial areas. We will build manufacturing innovation centers and support the development of industrial design centers. We will set up a national industrial design institute. CCCPC, 2016, p. 60).

Ambas as iniciativas se combinam para a promoção da especialização em atividades de maior valor agregado nas cadeias globais de valor. Essa almejada modernização da economia chinesa tem por núcleo sua empresa multinacional, a qual se expande via suporte financeiro e institucional do governo chinês. “Um cinturão, uma rota” e “*Made in China 2025*” induziram as empresas chinesas a se voltarem para o acesso a tecnologias avançadas e ao modelo de negócios *Network Marketing*, que é adotado em países como EUA e Japão. Dessa forma, as empresas chinesas têm por função, no âmbito da estratégia de desenvolvimento de longo prazo, trazer para a China novas tecnologias, novas marcas e talentos. A partir desse movimento, as empresas chinesas se tornarão cada vez mais competitivas e globais.

### **4.1 China e América do Sul: caracterização das relações de comércio e de investimento**

Na América do Sul, a partir de 2009, o Brasil passou a se destacar como um destino dos investimentos diretos de empresas chinesas (Tabela 1): de US\$ 255 milhões entre 1990 e 2009, saltou para US\$ 9,5 bilhões em 2010 e US\$ 2,6 bilhões em 2013. Ao mesmo tempo em que países como Peru, Equador e Colômbia receberam montantes consideravelmente maiores do que o recebido pelo Brasil entre 1990 e 2009, nos últimos três anos, porém, reduziram suas participações nesses fluxos. Na avaliação da Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL, 2014), somente em 2010 os investimentos chineses representaram 11% do total recebido pela América Latina. Entre 2010 e 2013, os recursos naturais receberam praticamente 90% desses investimentos. De fato, a Tabela 1 sugere que o Brasil, nos últimos anos (até 2013), tornou-se o principal receptor de investimentos de empresas chinesas, enquanto de 1990 a 2009 o Peru foi o país sul-americano no qual essas empresas mais investiram.



**Tabela 1 – Fluxos de investimento direto chinês na América do Sul – 1990-2013(em US\$ milhões)**

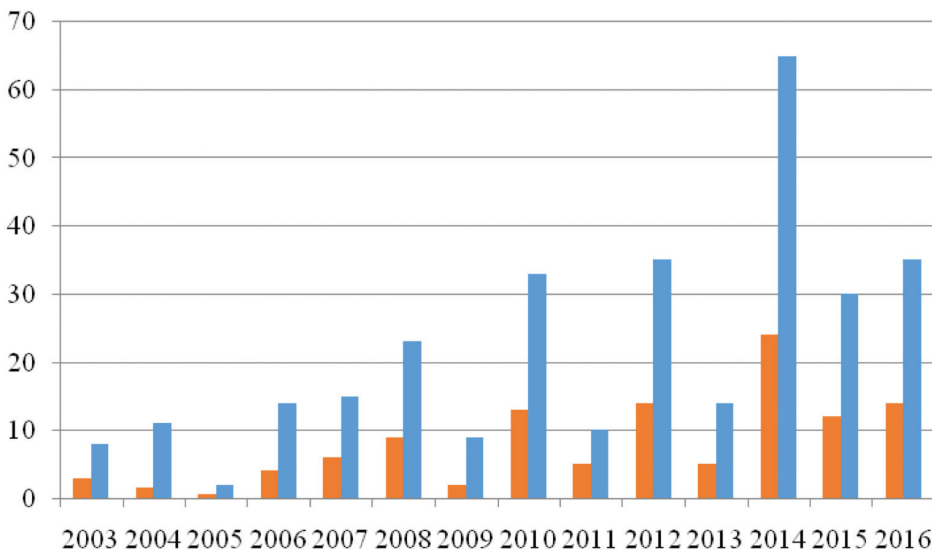
	1990- 2009	2010	2011	2012	2013
<b>Brasil</b>	255	9.563	5.676	6.066	2.580
<b>Argentina</b>	143	3.100	2.450	600	120
<b>Peru</b>	2.262	84	829	1.307	4.626
<b>Equador</b>	1.619	45	59	86	88
<b>Venezuela</b>	240	900	-	-	1.400
<b>Colômbia</b>	1.677	6	293	996	776
<b>Chile</b>	-	5	-	76	19
<b>Guiana</b>	1.000	nd	15	-	-
<b>Total</b>	6.342	13.712	9.309	9.206	9.624

*Fonte: CEPAL (2014).*

A Tabela 1 apresenta alguns dados, até 2013, para o IDE chinês destinado a países latino-americanos selecionados. Esses dados foram gerados a partir do monitoramento de reportagens em fontes jornalísticas diversas no âmbito da CEPAL. Tomados em comparação com os dados extraídos de fontes oficiais, como a UNCTAD, apresentados na Figura 3, é evidente que a região se tornou um lócus relevante para o posicionamento global da China, bem como para estratégias de internacionalização de suas empresas. Países latino-americanos, como o Peru, estavam na “mesa de negociações” com vistas ao Acordo Transpacífico (TPP), o qual, após a retirada dos EUA, experimentou descontinuidade, favorecendo as relações de comércio e de investimento com a China. A Figura 4 sugere que nos últimos dois anos, após uma queda considerável em comparação com 2014, o montante de IDE chinês na América Latina voltou a aumentar.

Os dados apresentados na Figura 4 consideram a América Latina em totalidade e atualizam aqueles apresentados na Tabela 1. As fontes de dados de ambos são diferentes e divergências podem ser citadas. Em 2013, por exemplo, segundo Avendano, Melguizo e Miner (2017), as empresas chinesas anunciaram investimentos na região no montante de US\$11 bilhões, porém teriam sido efetivamente realizados aproximadamente US\$5 bilhões. Embora seja possível constatar certa regularidade no montante de IDE negociado por empresas chinesas, não é possível observá-la nos investimentos realizados.

**Figura 4 – Evolução do montante de IDE da China na América Latina (2003-2016) (em US\$ bilhões)**



*Fonte: Bureau van Dijk, fDI Markets (2017).*

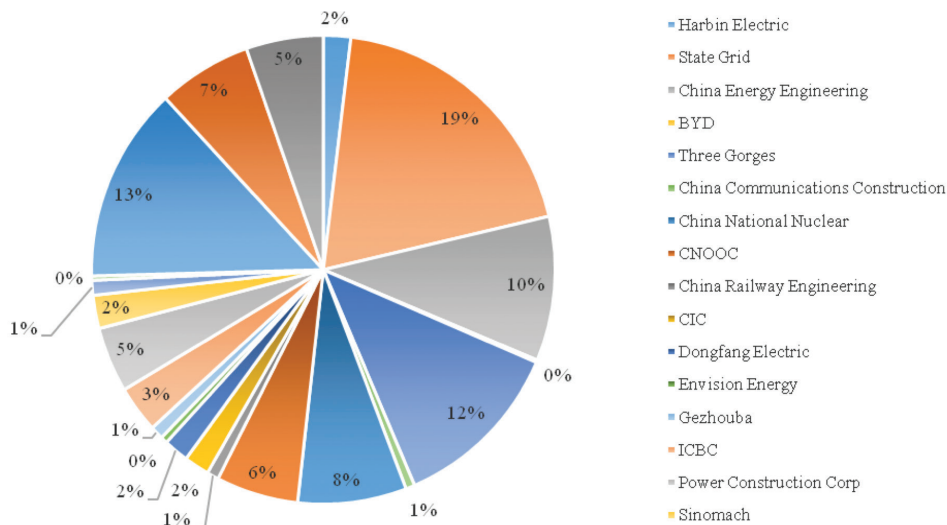
Entre 2008 e 2012, o setor de recursos naturais era o destino preponderante dos investimentos de empresas chinesas na região. Convencionou-se o debate em pelo menos três direções: (i) aspecto negocial, entendendo os investimentos chineses como oportunidade para a região; (ii) em termos dos desafios de desenvolvimento econômico enfrentados pela China; e (iii) um pequeno grupo que buscou analisar os efeitos dessa presença em recursos naturais para o desenvolvimento econômico da região. Um caso que sintetiza a conexão entre esses três pontos de compreensão do fenômeno “presença chinesa” pode ser o da Shougang, que, em 1980, adquiriu a Hierro Peru no bojo da política de privatizações de Fujimori. A empresa não só não cumpriu com seu plano de investimentos – US\$ 120 milhões entre 1992-1995 – como experimentou crises de gestão e de rentabilidade ao longo da década de 1990, afrontando o meio ambiente, e o direito e a saúde dos trabalhadores. Os governos peruanos que sucederam a Fujimori não romperam com esse ciclo.

O setor serviços tem recebido maior parte dos investimentos nos últimos anos. Se de 2003 a 2012 o setor extrativo representava mais de 60% do montante de IDE de empresas chinesas na região, de 2013 a 2016 essa proporção se reduziu para 40%, em contrapartida, serviços e energia aumentaram para 40 e 10%, respectivamente (AVENDANO, MELGUIZO, MINER, 2017). O cenário econômico da China de retração do crescimento econômico e de sobreutilização da capacidade industrial em alguns setores, como a si-

derurgia, tornou a internacionalização de suas empresas estatais, principalmente, uma estratégia competitiva de mercado.

A Figura 5 sugere que, de 2010 a 2016, 57 empresas chinesas entraram no setor de energia de países da região, destacando-se o Brasil. Desde 2008, os países sul-americanos, de modo geral e de modo particular o Brasil, expandiram os investimentos em infraestrutura. Energia é um dos setores que experimentou transformações importantes. Em 2010, a State Grid anunciou um investimento de, aproximadamente, US\$ 990 milhões na empresa Plena Transmissoras, no Brasil. Sua presença no setor elétrico brasileiro desde então se ampliou consideravelmente. Em 2015, em consórcio com Eletronorte (24,5%) e Furnas (24,5%), foi vencedora, com participação de 51%, do leilão para construção da linha que escoar energia da usina de Belo Monte. Em 2017, empresas chinesas, como State Grid e China ThreeGorges Corporation (CTGC), manifestaram interesse em adquirir Belo Monte, reforçando a expressiva e massiva presença de empresas chinesas no setor elétrico brasileiro. A empresa chinesa CTGC está presente em outros grandes projetos de hidrelétricas ao longo da bacia do rio Amazonas. Em 2016, ocorreu um acordo entre a empresa brasileira Furnas, controlada pela Eletrobras, para construção e operação, no Pará, da Hidrelétrica São Luiz do Tapajós (UHE Tapajós). Desde 2014, CTGC e Furnas são parceiras também no consórcio de construção da hidrelétrica de São Manoel (UHE São Manoel) no rio Teles Pires, também no Pará e com 700Mw. No entanto, em 2016, houve o cancelamento pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) do processo de licenciamento da hidrelétrica Tapajós, enquanto a hidrelétrica São Manoel encerrou 2016 quase concluída com previsão de entrada em operação antes de 2018.

**Figura 5 – China e América Latina: empresas com maior número de transações de F&A (2010-2016)**



Fonte: A autora (2017) com base em American Enterprise Institute (AEI) e Heritage Foundation (2017).

O setor de mineração vem se destacando, desde 2010, no Peru, e o setor de agronegócio, no Brasil. No Peru, pelo menos 20 transações nesse setor ocorreram no período considerado. Com o programa “*Made in China 2025*”, cada vez mais o acesso a minérios como cobre, ouro, nióbio, entre outros, será estratégico para a China. O Peru, e em alguma medida o Brasil, tem sido destino central. O acesso à soja brasileira – o grupo BBKA instalou fábrica em Maracaju (MS) para aquisição direta da soja produzida, a Nidera passou a ser totalmente controlada pela COFCO e a Fiagril passou o controle majoritário para a DakangFarming – insere-se na estratégia mais ampla da China de contar com uma estrutura de produção e, sobretudo, de distribuição e comercialização alternativa à soja negociada na bolsa de Chicago. A modalidade *greenfield* tem aumentado nos últimos dois anos, em comparação com período anterior, em mineração e no setor automobilístico.

A Tabela 2 sugere que países sul-americanos têm recebido IDE de empresas chinesas em setores como nucleoeletrica, automação e aeroespacial. O desenvolvimento da indústria de tecnologia de ponta, como *Big Data* ou a Indústria 4.0, é o grande objetivo estratégico de posicionamento global e de desenvolvimento econômico da China, no longo prazo.

**Tabela 2 – Plano “Made in China 2025” e América Latina: montante de IDE (2010-2016)**

<b>Empresa</b>	<b>Setor</b>	<b>Empresa adquirida</b>	<b>País</b>	<b>Montante (US\$ milhão)</b>	<b>Ano</b>
<b>China National Nuclear</b>	Energia - Nuclear	Nucleoelétrica	Argentina	4.700	2015
<b>China Aerospace Science and Technology</b>	Telecom	TupacKatari	Bolívia	300	2013
<b>China Electronics Corporation</b>	Real State - Construction	-	Brasil	100	2015
<b>China Molybdenum</b>	Química	Anglo American	Brasil	1.500	2016
<b>Shaanxi Chemical</b>	Química	-	Argentina	1.010	2010

*Fonte: AEI e Heritage Foundation (2017).*

#### **4.2 A transição chinesa de desenvolvimento e sua diplomacia para a América do Sul**

Desde 2008-2009, com a publicação pelo Conselho de Estado da China do *China's Policy Paper* para América Latina e Caribe, a presença chinesa nesse continente segue evoluindo sem abandonar as premissas dos planos quinquenais correspondentes. Os países da região estão no radar das estratégias chinesas de desenvolvimento de longo prazo. Termos como “cooperação” e “benefício mútuo” são utilizados por Pequim para valorar sua presença nos países latino-americanos e caribenhos. Os setores-chave não podem ser resumidos a recursos naturais. Infraestrutura, energia e até mesmo ciência e tecnologia estão destacados no radar dos planos quinquenais apresentados pelo Conselho de Estado, incluindo aí a concessão de empréstimos e a internacionalização do Renminbi (ensaios para) com a Argentina, em 2009, tornando-se a primeira economia a assinar acordo *currency swap* para comercializar com a China sem converter para o dólar.

Em janeiro de 2015, em sua segunda visita à América Latina, o atual presidente da China, Xi Jinping, anunciou durante o 1º Fórum China-CELAC que nos próximos 10 anos o governo chinês pretende elevar até US\$ 250 bilhões o volume de investimentos na América Latina, enquanto o comércio nesse mesmo período deverá chegar a US\$ 500 bilhões. De acordo com Xi Jinping, a relação entre China e América Latina será também de cooperação, o que deverá ser documentado em uma Declaração de Pequim. Entre 2015 e 2019, as áreas consideradas prioritárias serão: educação, comércio, investimento, finanças, infraestrutura, energia, indústria, agricultura e ciência. As declarações oficiais ressaltam os esforços diplomáticos de estreitamento de laços com a América Latina, embora os países da América do Sul são os que de fato têm sido visitados pela missão chinesa.

Mesmo que América Central e Caribe, assim como México, estejam no raio de influência de acordos de comércio firmados com os EUA, não quer dizer que a China não os leve em conta para futuros possíveis acordos regionais.

Em novembro de 2016, o presidente Xi Jinping retornou à América do Sul, visitando Equador, Peru e Chile e participando do 24º Encontro de Líderes da Economia da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), realizado em Lima. Em declarações oficiais relacionadas com essa visita, como transcreve Hongying (2017), o foco do país asiático nesse período de transição a um “novo normal” de taxas de crescimento está em “reajuste estrutural, crescimento estável e desenvolvimento movido pela inovação”. O ministro exterior chinês, Wang Yi, mencionou que Xi Jinping ligara o “sonho chinês” ao “sonho latino-americano”, bem como ao “sonho Ásia-Pacífico”. Nesse sentido, a realização do “sonho latino-americano” dependeria estrategicamente de uma cooperação econômica com a China e de relações do tipo “ganha-ganha”. É claro que “sonho latino-americano” pode ser facilmente entendido como desenvolvimento econômico, porém essa expressão não está cunhada em discursos de presidentes ou em acordos regionais latino-americanos. Pode-se afirmar, portanto, que o presidente Xi Jinping nos emprestou o seu “sonho chinês”.

A cooperação com essas nações foi então apontada pelo presidente chinês como o instrumento para a promoção do crescimento do comércio, bem como da integração industrial e da inovação. Implícito (ou não) está que o fortalecimento da China na liderança da governança global passa pela cooperação com os países em desenvolvimento, na medida em que o país asiático representa um relevante mercado e que essas economias – notadamente as economias sul-americanas – representam-lhe espaços para seu IDE e acesso a matérias-primas, bem com a suas exportações, as quais deverão ser cada vez mais sofisticadas em decorrência, por exemplo, do Plano “*Made in China 2025*”. Por outro lado, o discurso de Xi Jinping, ressaltando a amizade entre o continente sul-americano e a China concomitantemente ao evento com presença de representantes de economias asiáticas, pode amenizar o contexto de relações diplomáticas mais difíceis na Ásia.

Embora a China ocupe a posição de um dos maiores parceiros comerciais da América do Sul, o número de acordos de livre comércio (*Free Trade Agreements* – FTAs) não passam de dois, com Chile e Peru (Quadro 1), embora os EUA mantenham o mesmo número de acordos de livre comércio com esses países. Chile e Peru são países banhados pelo oceano Pacífico, logo, estratégicos para a estratégia comercial chinesa. No FTA China-Chile, por exemplo, é explícito que esse país sul-americano funcionaria, a exemplo de economias asiáticas, como plataforma de investimentos para produção de bens e serviços para esses mercados, especialmente para a América do Sul. Hongying (2017) informa que, desde 2016, delegações do Chile, Peru e China iniciaram novas negociações para aprimorar esses FTAs para incluir todas as *commodities*, investimentos e serviços.

**Quadro 1 – Acordos de livre comércio (FTAs) assinados entre China e países da América do Sul**

<b>País</b>	<b>Início das negociações</b>	<b>Entrada em vigência</b>	<b>Principal objetivo</b>	<b>Crescimento das exportações</b>	<b>Outras observações relevantes</b>
<b>Chile</b>	25-01-2005	10-01-2006	Liberalização comercial tarifária, incluindo a proibição do uso de quotas e de salvaguardas.	Em 2005, 8,8% das exportações do Chile iam para a China. Em 2015, essa participação passou a 26,4%.	Em 2009, um capítulo sobre investimentos. Em 2010, o Chile formalizou acordo de comércio de serviços.
<b>Peru</b>	15-05-2008	03-01-2010	Liberalização comercial com proibição de subvenções a exportações de produtos agrícolas.	Em 2010, 15,2% das exportações do Peru iam para a China. Em 2015, essa participação aumentou para 22,1%.	

*Fonte: A autora (2017) com base em INTradeBID (2017).*

A expansão global da “presença chinesa” se consolida com estratégias como “*One-Belt, One Road*” e “*Made in China 2025*” e a integração comercial, de investimentos e de infraestrutura proporciona que os países sul-americanos sejam também instrumentos atinentes com as metas de ambas essas estratégias. É importante destacar que o país asiático vem se articulando cada vez mais para não ser apenas parceiro comercial dos países sul-americanos.

Por exemplo, a China tem se envolvido com o financiamento de investimentos em infraestrutura da integração sul-americana, mais precisamente da carteira de projetos de investimentos da IIRSA-COSIPLAN. O governo central da China financia o Tesouro Nacional da Argentina em três projetos individuais dos nove projetos individuais do projeto estruturante *Corredor Ferroviário Bioceánico Paranaguá-Antofagasta*. Esse projeto estruturante visa renovar linhas férreas interconectando Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, constituindo uma linha férrea que ligará o oceano Atlântico ao Pacífico pelos países do Cone Sul. O escoamento de mercadorias (a granel – grãos e minérios) pelo oceano Pacífico é a principal justificativa desse projeto estruturante. O governo chinês está desembolsando US\$2,5 bilhões para executar mais de mil quilômetros de novas vias

no trajeto entre a fronteira da Argentina com o Paraguai até a fronteira da Argentina com o Chile (noroeste). Para essas obras o governo chinês estabeleceu, em 2014, contrato com a empresa chinesa CMEC (China Machinery Engineering WuxiCo., Ltd) por um período de quatro anos. A operação de financiamento e a de prestação de serviços pela CMEC (renovação e construção das linhas férreas) foram acompanhadas da assinatura do memorando de entendimento pela China e Argentina para estabelecer um sistema de liquidação de yuans no mercado argentino.

Ao mencionar que há uma conexão entre o “sonho latino-americano” e o “sonho chinês”, o presidente Xi Jinping fez referência também à relativa consternação quanto a uma reprimarização da pauta exportadora dos países dessa região, reforçada pelo “efeito China”. Isto é, o presidente chinês quando relembrou que a China mantém acordos de cooperação estratégica com a América Latina desde 1993 e que pretende ampliar e aprofundar esses acordos, buscou mostrar que coloca a região nas estratégias chinesas de desenvolvimento de longo prazo sem ser apenas como fornecedora de matérias-primas. Nos últimos anos, por exemplo, China e Mercosul firmaram um acordo de cooperação em máquinas e equipamentos, bem como em infraestrutura amparada em um fundo especial de US\$ 30 bilhões. Da mesma forma, em 2015, nos governos de Xi Jinping e da então presidenta Cristina Kirchner, a empresa estatal China National Nuclear Corp (CNNC) assinou um acordo com parceiros argentinos – Nucleoeléctrica Argentina SA (NASA) – para a implementação de uma planta de força nuclear para construir um *pressurized heavy waterreactor* (PHWR), marcando a entrada da Hualong One no mercado latino-americano. Espera-se com essa planta a exportação para a China de equipamentos de força nuclear, movimentando US\$ 4,6 bilhões (WORLD NUCLEAR NEWS, 2015). Entre China e Equador, Peru e Chile foram assinados, em 2016, aproximadamente 40 acordos de cooperação, bem como contratos de programas para áreas como mineração, energia, manufatura, agricultura, pesca, comunicação e infraestrutura (HONGYING, 2017).

Apesar de os recursos naturais representarem a principal participação estratégica da China nos volumes de investimentos externos recebidos por países sul-americanos, há indícios de fronteiras maiores (Quadro 2). O Brasil tem logrado avançar em áreas de cooperação de formação de recursos humanos e de compartilhamento de dados.



**Quadro 2 – Acordos firmados entre os Estados da China, Brasil e Argentina**

<b>Convênio</b>	<b>Argentina-China</b>	<b>Brasil-China</b>
<b>Adjudicar obras públicas</b>	Quando os projetos estejam sujeitos a financiamento concessionário pela China.	Não faz menção.
<b>Temas de defesa e TI-Satélites</b>	Não há acordos.	Prevê compartilhar informações de satélites, formação de recursos humanos, bem como tecnologias usadas para o estudo de ocupação territorial, de radares e sensores.
<b>Promoção do investimento industrial e cooperação</b>	Acordo complementar sobre cooperação de investimentos industriais no marco do acordo sobre cooperação econômica e investimento (MECON-AK).	Apoio à cooperação privada-privada para investimentos em ambos os países por meio de jointventures, fusões e aquisições, alianças público-privadas, bem como exportação de equipamentos em todas as áreas da indústria e da agricultura. Representa o marco para linhas de financiamento que visem promover a cooperação industrial.
<b>Treinamento de profissionais em Big Data e computação</b>	Não há acordos.	Brasil: financiamento de Huawei para técnicos formadores e desenvolvimento de software como resultado desse projeto. China: recrutamento de recursos humanos, acesso à informação, tecnologia local e cooperação futura, patentes sobre desenvolvimentos conjuntos.
<b>Fortalecimento da aviação civil</b>	Não há acordos.	Intercâmbio de conhecimento em quaisquer níveis. Acesso a investimento em companhias aéreas brasileiras.
<b>Serviços de tecnologias de internet</b>	Não há acordos.	Todo o resultado de cooperação será propriedade intelectual compartilhada. Possível acesso ao mercado de tecnologias de informação e comunicação no Brasil. Diagnóstico de possíveis melhorias da internet no Brasil e aplicações.

*Fonte: A autora (2017) em BID-INTAL (2016).*

Em novembro de 2016, o governo chinês anunciou o segundo *White Paper* com diretrizes para relações econômicas e comerciais entre China e América Latina. O texto é assertivo ao estabelecer que o desenvolvimento econômico chinês não depende do desenvolvimento de outros países, como os latino-americanos. O investimento em países latino-americanos continuará sendo estimulado e encorajado pelo governo chinês, incluindo-se aí fundos de financiamento especiais: China-Latin American Cooperation-Fund, Chinese-Latin American Infrastructure e China-Latin American ProductionCapacityCooperationInvestment Fund. Além da cooperação em infraestrutura, o setor de energia será objeto de ações de cooperação estratégicas em *upstreame downstream*, de modo a consolidar o potencial de recursos da região.

### 5 Considerações Finais

Neste artigo, o principal objetivo foi buscar analisar os investimentos externos de empresas chinesas na América do Sul. A partir da análise dos dados e da teoria concernente, é possível afirmar que não se trata de mero fenômeno especulativo ou predatório – embora empresas multinacionais chinesas venham aumentando seu potencial de competitividade global –, e que o Estado chinês e o Estado do país receptor possuem grande papel na ocorrência desse investimento, de modo que a teoria tradicional escapa de uma explicação adequada.

A preocupação com os “benefícios” ou “malefícios” da presença chinesa na América do Sul pode ser entendida como aparente. As transformações em curso, consubstanciadas no 13º Plano Quinquenal, reforçam o papel central do IDE e da internacionalização de suas empresas. Os tratados e acordos de cooperação e de comércio assinados com países sul-americanos demonstram uma percepção do governo chinês não apenas comercialista. Aproveitar ou incorporar a América do Sul em sua transição depende também de explorar outras vertentes que não apenas o acesso a recursos naturais.

Por fim, este artigo deve ser aprofundado no sentido de maior conhecimento sobre a empresa multinacional chinesa e de sua concepção público e privada de funcionamento. As transformações nos regimes de propriedade e a internacionalização das empresas em si têm transformado setores produtivos no âmbito de uma dada estratégia de desenvolvimento econômico.

## Referências

- ABDENUR, Adriana Erthal. O XII Plano Quinquenal da China e suas consequências para o Brasil. In: FUNAG (Org.). **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2011. p. 167-178.
- ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo Costa; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. China e Brasil: oportunidades e desafios. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana (Orgs). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011. p. 307-350.
- AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE (AEI); HERITAGE FOUNDATION. China Global Investment Tracker. Disponível em: <<http://www.aei.org/china-global-investment-tracker>>. Acesso em: 9 maio 2017.
- ANDREFF, Wladimir. Outward foreign direct investment from BRIC countries: comparing strategies of Brazilian, Russian, Indian and Chinese multinational companies. *The European Journal of Comparative Economics*, v. 12, n. 2, p. 79-131, 2016.
- AVENDANO, Rolando; MELGUIZO, Angel; MINER, Sean. Chinese FDI in Latin America: new trends with global implications. Atlantic Council. OECD Development Centre: 2017.
- BID-INTAL. **Informe Mercosul n. 20**. Segundo Semestre 2014. Primeiro Semestre 2015. BID-INTAL, 2016.
- BUREAU VAN DIJK. **EIU Word Investment Service**. Disponível em: <<https://www.bvdinfo.com/en-apac/our-products/economic-and-m-a/economic-data/eiu-world-investment-service>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- CAO, Lan. Chinese privatization: between plan and market. **Land and Contemporary Problems**, v. 63, n. 4, p. 14-62, 2000.
- CENTRAL COMMITTEE OF THE COMMUNIST PARTY OF CHINA (CCCPC). **The 13<sup>th</sup> Five Year Plan**. For Economic and Social development of the People's Republic of China (2016-2020). 2016.
- CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. **A presença da China na América Latina no século XXI: suas estratégias e o impacto dessa relação para países e setores específicos**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **América Latina y el Caribe y China: hacia una nueva era de cooperación económica**. Santiago do Chile: CEPAL, 2015.

FRANCISCO, Ellenor Grace. **Petroleum politics:** China and its National Oil Companies. 2013. Dissertação (Mestrado) – Centro Internacional de Formação Europeia, Instituto Europeu, 2013.

FRISCHTAK, Claudio; SOARES, André; O'CONNOR, Tania. **Chinese investments in Brazil from 2007-2012:** a review of recent trends. June 2013. China-Brazil Business Council/IDB, 2013.

HALPER, Stephan. **The Beijing Consensus:** how China's Authoritarian Model Will Dominate the twenty-first century. New York: Basic Books, 2010.

HONGYING, Wu. Uma nova era de amizade com a América Latina: visita de estado ao continente estreita relações bilaterais. *China Hoje*, ano 2, n. 11, p. 252-257, fev./mar. 2017.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). IMF consulting board concludes 2016 Articles IV Consultation with the People's Republic of China. **IMF, 12 ago. 2016**. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/News/Articles/2016/08/11/20/37/PR16374-China-IMF-Executive-Board-Concludes-2016-Article-IV-Consultation>>. Acesso em: 10 maio 2017.

INTRADEBID. **Sistema de información sobre integración y comercio**. Disponível em: <<https://www.intradebid.org>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

KIMURA, Koichiro. **Outward FDI from developing countries:** a case of Chinese firms in South Africa. IDE Discussion Paper, 2013.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

MELLOR, Thomas. China's investment in Latin America: themes, challenges and future trends. **Global Infrastructure**, p. 60-71, 2012.

MORAIS, Isabela Nogueira de. **Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza na china contemporânea**. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

NAUGHTON, B. **The Chinese economy:** transitions and growth. Cambridge: MIT Press, 2007.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Chinese and other foreign investments in the Brazilian soybean complex**. BICAS: Working Paper 9, 2015.

PINTO, Eduardo Costa; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. América Latina e China: limites econômicos e políticos ao desenvolvimento. **Texto para Discussão 012**, UFRJ, p. 1-33, 2015.

PINTO, Eduardo Costa; GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e poder efetivo: transformações globais sob efeito da ascensão chinesa. **Econ. soc.**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 449-479, 2015.

SALIDJANOVA, Nargiza. **Going out**: na overview of China's outward foreign direct investment. USC-SRC, mar. 2011.

SZAMOSSZEGI, Andrew; KYLE, Cole. An Analysis of State-owned enterprises and State Capitalism in China. US-China Economic and Security Review Commission. Washington, D.C.: Capital Trade, 2011.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Statistics**. Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/statistics.aspx>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

VOSS, Hinrich; BUCKLEY, Peter J.; CROSS, Adam R. **Thirty years of Chinese outward foreign direct investment**. 19th Annual Conference of the China Economic Association (UK), University of Cambridge, 2008.

WANG, B.; MAO, R.; GOU, Q. Overseas impacts of China's outward direct investment. **Asian Economic Policy Review**, v. 9, n. 2, p. 227-249, 2014.

WORLD NUCLEAR NEWS. **Plans for new reactors worldwide**. World Nuclear News, 2015.

YANZHUO, Xu. Davos: contribuições e responsabilidades da China. **China Hoje**, ano 2, n. 11, p. 18-20. 2017a.

\_\_\_\_\_. Uma nova era de amizade com a América Latina. **China Hoje**, ano 2, n. 11, p. 25-27. 2017b.

